

Perspectivas da Educação a Distância no Brasil: Três Cenários a Ponderar [1997-2002]

Fredric Michael Litto

RESUMO

O autor escreveu, em 1997, um estudo reflexivo imaginando vários cenários, utópicos e distópicos, para a prática de EAD no Brasil, levando em conta os traços culturais do povo brasileiro e as tendências internacionais em educação e tecnologia. As previsões são retomadas em 2003 para verificar os acertos e os erros do autor em relação ao que de fato aconteceu, no tocante aos objetivos de realizar atividades de EAD, os provedores, as populações-alvo, os sistemas de entrega, os aspectos econômicos, os professores, as metodologias usadas, a avaliação e validação, o credenciamento e o desenvolvimento futuro. A conclusão afirma que o período foi uma combinação de avanços e retrocessos, nem o céu, nem o inferno, mas muito aquele do que o país merece e precisa. [FML]

ABSTRACT

In 1997 the author wrote a food-for-thought article imagining various scenarios, utopic and dystopic, for the practice of distance learning in Brazil, taking into consideration the cultural characteristics of the Brazilian people and international tendencies in education and technology. The forecasts of 1997 are taken up in 2003 to determine the author's correctness and errors with regard to what in fact occurred in relation to the objectives of carrying out distance learning activities, providers, target populations, delivery systems, economic aspects, instructors, methodologies, evaluation and validation, accrediting and future developments. The conclusion affirms that the period was a combination of advances and retreats, neither heaven nor hell, but certainly short of that which the country deserved and needed. [FML]

Perspectivas da Educação a Distância no Brasil: Três Cenários a Ponderar [1997-2002]

*No início de 1997, recebi convite de uma professora da Universidade de Brasília, para escrever um texto destinado a um número especial da revista **Em Aberto** (do Ministério da Educação), por ela organizada. Escrevi um artigo que tentava avaliar a situação de EAD no Brasil na época, identificando gargalos e sugerindo possíveis caminhos promissores. Minha contribuição foi rejeitada pela organizadora porque, como ela mesma me informou verbalmente, não concordava com minha análise do "perigo profissional" de trabalhar com EAD no país. Ela não comentou o restante do artigo, nem sugeriu a possibilidade de modificações. O número especial da revista saiu com a identificação Ano 16, Número 70 e, curiosamente, a data de abril/junho de 1996. Apesar de não ter sido a primeira vez que encontrava um censor, apresentei o trabalho em alguns encontros regionais no país; mas, assoberbado por outros deveres, acabei deixando de lado o texto recusado. Cinco anos após a redação original, percebi sua atualidade e fui surpreendido pelo número interessante de acertos e erros das minhas previsões. Assim, achando que este artigo pode ter algum valor para a história de EAD no país, apresento-o agora, tal como foi submetido à organizadora do número especial em 1997, seguido de um Epílogo, feito na metade de 2003, em que tento reconhecer onde errei e onde acertei.*

De fato, atuar no Brasil no campo de EAD pode ser perigoso para a saúde profissional de qualquer educador, que corre o risco de ser profissionalmente "fritado" pelo sistema político-social no qual essa abordagem educacional ocorre. Algumas das melhores cabeças que tentaram implantar EAD no país nos últimos vinte e cinco anos foram obrigadas a desistir e a procurar espaços de trabalho em outros ramos: Fernando Mendonça (responsável pelo Projeto SACI do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; projeto essencialmente destruído por um invejoso Ministro da Educação na década de 1970); José Carlos de Azevedo (que tentou na década de 1970 criar uma Universidade Aberta na UnB; projeto impossibilitado de andar por seus inimigos ideológicos na UnB e no MEC); Darcy Closs (que, como Diretor-Geral da CAPES na década de 1970, tentou criar pós-graduação *latu sensu* a distância; projeto que, apesar de seu pioneirismo, não teve continuidade devido à falta de interesse do público destinatário); Claudio de Moura Castro (que, como Diretor-Geral da CAPES na década de 1980, tentou criar pós-graduação *strictu sensu* a distância; projeto destruído por críticos conservadores de faculdades de educação do país); e João Batista de Oliveira (que, como alto funcionário do MEC em 1995, tentou estabelecer atividades de EAD usando a Internet; projeto abortado quando ele foi afastado após apenas seis meses no cargo). Não é um retrato especialmente feliz da capacidade do Brasil de construir, de progredir, de agir pelo bem da sociedade. Será que as duas competentes cabeças atualmente liderando projetos importantes no país, Marcos Formiga, do Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho, e Pedro Paulo Popovic, da TV Escola do MEC, terão condições de levar a bom termo seus trabalhos e de garantir sua continuidade? Espero que sim.

Mas o passado não é o único indicador de problemas pela frente para EAD no Brasil. O presente também demonstra a incapacidade da nossa sociedade de se organizar em favor de sua própria sobrevivência. Por exemplo: o Tratado de Beirut, de 1954, determina que materiais para fins educativos, independentemente do seu suporte (papel, slides, vídeos, videodiscos, transparências, microfilmes, software), podem atravessar limites nacionais (correio, frete comercial, courier) sem impostos alfandegários, devido à sua importância para o desenvolvimento de cada país; entretanto, a Receita Federal de nosso país ignora esse fato e continua taxando tais materiais como mercadoria comum. A mesma cegueira oficial prejudica todos os cursos de EAD: a Empresa Brasileira de Correios, por exemplo, não distingue entre despachos comuns e aqueles que são prioritários por sua finalidade educativa, como material impresso e vídeos.

Em um trabalho redigido há anos, tentei demonstrar que o setor público, quando age no fluxo de informação numa sociedade como a brasileira, era prejudicial aos interesses da nação. O meu ponto de partida para chegar a essa conclusão foi a idéia de Thomas Jefferson (1743-1826): "o governo que menos governa é o melhor de todos"; isto é, quando o governo se mete demais na vida dos seus cidadãos, ou quando tenta substituir o setor privado na prestação de serviços ou fornecimento de produtos, está ultrapassando seus objetivos. Em sociedades democráticas, cabe ao governo: (1) identificar necessidades; (2) incentivar elementos da sociedade civil a atuar no fornecimento de respostas às necessidades; (3) fiscalizar, em nome da comunidade de cidadãos, a qualidade de serviços e as práticas comerciais; e (4) prestar contas à sociedade da sua atuação como incentivador/fiscalizador, preferencialmente não através de anúncios pagos em jornal impresso ou televisão.

Volumes inteiros poderiam ser escritos listando os erros das administrações federais, estaduais e municipais, no Brasil, na tentativa de substituir o setor privado no seu papel natural. Especialmente hoje, quando todas as empresas estão sub-contratando terceiros para serviços essenciais ("out-sourcing"), é inimaginável que um ministério ou secretaria estadual ou municipal esteja propenso a executar serviços que exigem competência técnico/científica, atualização rápida e constante, bem como continuidade. O Estado é, por natureza, lento nas suas decisões e ações, ultrapassado na originalidade das suas propostas, exigente com as coisas erradas (firmas reconhecidas, certidões negativas), e pouco digno de confiança naquilo que a população mais espera dele. Um outro erro, mais sério ainda, é a confusão de "papéis", isto é, de funções. É bastante conhecido daqueles que trabalham nas áreas de comunicações a importância distintiva entre a função de "carregador de sinais" (companhia telefônica, emissora de rádio ou televisão) e a função de "fornecedor de conteúdo" (produtores de programas de todos os tipos). Trata-se de distinguir questões de competência técnica de questões de produção artística, intelectual ou informativa, evitando censura (consciente ou não) ou viés (proposital ou não). Tivemos casos clássicos de erros de confusão de "papéis" no Brasil nos últimos anos, como o Projeto Cirandão, da Embratel, que determinava, através de decisão "editorial", quais conteúdos eram "aceitáveis" para o seu sistema--mas acabou se destruindo. Já o Projeto Videotexto, da Telesp, foi mais bem sucedido devido à decisão de deixar os fornecedores da sociedade civil determinarem seu conteúdo, ficando a Telesp apenas com a tarefa de cuidar do sinal (a infraestrutura física do sistema); sucedeu o mesmo com o Projeto RNP-Rede Nacional de Pesquisa, do CNPq, que confundiu seu papel de carregador de sinal e se envolveu demais na tentativa de criar, ele próprio, a infraestrutura de informações, a maior parte da qual já deixou de existir, devido ao amadorismo dos integrantes do processo e à natureza efêmera do seu financiamento. Acredito que toda a questão do papel "correto" do Estado é central para a discussão do futuro da EAD no país.

Quem acompanha, internacionalmente, as grandes tendências estruturais da educação, sabe que enquanto os países europeus continuam com modelos estatizantes de EAD, os norte-americanos e canadenses estão experimentando modelos baseados em fornecimento de serviços educacionais por entidades particulares. Quem duvida que EAD venha a ser um dos setores mais significativos e potencialmente lucrativos da educação, no futuro, deve se perguntar por que uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA, a Hughes Information Systems, criou e mantém o Projeto "Galaxy Classroom", que fornece, via satélite, programas educativos produzidos pelas melhores equipes de Hollywood; os programas são vendidos via assinatura para serem usados como enriquecimento de aprendizagem por alunos em escolas públicas e privadas de primeiro e segundo graus; teria que explicar, também, como, num outro projeto visando fins lucrativos, "Edison Schools", foi possível atrair para o posto de Diretor Executivo ninguém menos que o Reitor da conceituada Universidade Yale. Esta tendência do setor privado em reconhecer a importância social e a viabilidade em termos de negócios da EAD não pode ser ignorada por nós. Enquanto os Reitores de universidades públicas brasileiras têm mandatos de apenas quatro anos, impossibilitando a criação e a manutenção, a longo prazo, de bons programas de EAD, nas universidades particulares, onde os mandatos de Reitores são indeterminados, é de se esperar muita atividade, com continuidade.

Um outro fator não pode ser esquecido quando pensamos nas perspectivas para a EAD no Brasil: a "globalização". Refiro-me ao fato de jornais terem anunciado nas últimas semanas que uma grande empresa norte-americana de comunicações via satélite pretende iniciar, em 1998, o fornecimento, através

de assinatura, de 500 canais simultâneos de televisão. Não tenho a mínima dúvida de que uma parte significativa dessas transmissões será de EAD, oferecendo cursos, com e sem créditos, com e sem diplomas, organizados por universidades boas, medíocres e ruins. Como é que o Brasil deve encarar esse provável fenômeno? Se podemos julgar pela atuação do MEC, que no ano passado [1996] emitiu uma resolução proibindo o reconhecimento de títulos obtidos no exterior através de EAD, é de se supor que o Brasil, como aconteceu no passado em relação à fabricação de microcomputadores, ficará à margem do progresso internacional. Embora o motivo do MEC fosse nobre-não permitir que diplomas oriundos de cursos ruins do exterior fossem aceitos no país-a medida também eliminou a possibilidade de reconhecimento de diplomas de cursos bons. Aparentemente, o MEC fez isto à revelia da sociedade civil: não se sabe quem o MEC consultou antes de tomar tal medida. Ao mesmo tempo, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade de São Paulo emitiu a decisão da não-centralização de atividades de EAD em toda a Universidade, assim deixando cada faculdade, escola, instituto e centro de estudo e pesquisa à vontade para criar cursos de EAD, fazendo parcerias nacionais e internacionais, uma decisão sábia para uma instituição de seu tamanho e complexidade. É impossível prever as consequências da "globalização" da EAD a longo prazo no Brasil. Duvido que os produtores norte-americanos e europeus de programas educativos com entrega a distância consigam "tropicalizar" o conteúdo dos seus pacotes para os nossos cidadãos. Fazendo cursos a distância, será que os alunos brasileiros compreenderão inteiramente o conteúdo vindo de fora, com ou sem tradução, mas certamente com referências culturais específicas e sutis? Será que o MEC descobrirá como realizar a avaliação e monitoração de cursos a distância, nacionais e internacionais, sem ele mesmo se tornar o obstáculo principal à EAD no país? Sentindo que as autoridades constituídas para orientar o crescimento da educação estão agora, em 1997, presas a um paradigma ultrapassado, será que a sociedade civil decidirá ignorar essas autoridades e criar outros mecanismos de credenciamento, fiscalização e incentivos à aprendizagem a distância? É impossível prever.

Talvez a maneira mais útil de analisar a questão das perspectivas da EAD no país seja através de possíveis e prováveis cenários os quais, enquanto criam termos de referência (tanto os negativos quanto os positivos) para a discussão, também nos alertam sobre o caminho que deve ser percorrido. Acredito ser possível identificar os pontos mais estratégicos da abordagem educacional da chamada EAD: Objetivos, Provedores, Populações-Alvo, Sistemas de Entrega, Aspectos Econômicos, Professores, Metodologias, Avaliação e Validação, Credenciamento e Desenvolvimentos Futuros; além de oferecer observações sobre eles dentro de três cenários: "Utopico", "Distópico" e "Mais Provável".

OBJETIVOS

A Utopia: No melhor dos mundos, a EAD significa que o aluno não vai até a escola, mas a escola vai até ele ou ela; significa que a escola não é mais apenas um lugar geográfico, mas, sim, um estado da mente, aproveitando muitos fenômenos extra-escola para garantir a aquisição de conhecimento e experiência prática. A EAD serve para democratizar a educação em todos os seus níveis, oferecendo oportunidades de estudo aos indivíduos que normalmente não podem estudar devido à distância em que se encontram dos grandes centros urbanos, àqueles que precisam trabalhar durante o dia, ou àqueles que por razões de incapacitação física não podem se locomover. Tanto uma maneira de qualificar grandes massas de indivíduos (como atualmente faz o Telecurso 2000), quanto uma forma de atender nichos bem delimitados por interesses específicos (como um curso de pós-graduação sobre EAD, dado exclusivamente via Internet), a EAD representa uma abordagem eficaz para diminuir as grandes desigualdades sociais existentes em muitas sociedades.

A Distopia: Vivemos num mundo orientado pela economia de mercado; assim sendo, a EAD tem que ser vista como mais uma oportunidade de obter lucros por parte daqueles dispostos a investir nesse tipo de empreendimento. O objetivo aqui é angariar o maior número possível de alunos inscritos e fornecer-lhes cursos estritamente instrumentais e práticos, com conteúdo que lhes garanta um emprego a curto prazo; nada de ensinar como pensar criticamente, ou como solucionar problemas com a ajuda de reflexão; nada envolvendo o estudo de literatura, artes, e história, nada de conhecimentos que enriquecerão as horas de lazer e o exercício de cidadania do futuro profissional. A função da educação, sob esse ponto de vista, é a manutenção do status quo social, marginalizando questões de aprimoramento humanístico, de melhoria de qualidade de vida ou de maior justiça social.

A Mais Provável: Não há evidência de tendências diferentes da atual situação brasileira na qual um terço dos alunos de educação fundamental e intermediária, e dois terços dos universitários estudam em instituições que essencialmente visam fins lucrativos; esses centros educacionais são necessários para o atendimento de um grande número de estudantes que o sistema oficial de educação é incapaz de atender. Ainda que numa democracia instituições particulares tenham todo o direito de funcionar, o ensino particular brasileiro é orientado essencialmente pela economia de mercado, raramente inova o ensino intelectual ou pedagogicamente, nem sempre atrai os professores cientificamente mais produtivos e, com poucas exceções, não proporcionam um "clima" associado à pesquisa, à descoberta do novo. De fato, o

MEC atualmente [1997] está considerando a viabilidade de usar como critério de credenciamento para cursos universitários, ministrados através de EAD, a necessidade de autorização para criação de cursos "presenciais" (in loco) de qualquer matéria. Essa medida, que aparentemente é lógica, na verdade diminui as possibilidades de novas propostas inovadoras, de ofertas de pedagogias alternativas. Conseqüentemente, tudo indica que haverá no futuro, no tocante aos objetivos da EAD no Brasil, uma continuidade dos objetivos do ensino presencial: enquanto a maior parte das instituições envolvidas procuraria crescer economicamente, ao mesmo tempo, outras instituições, as públicas, tentariam usar a EAD para "calibrar" o funcionamento da sociedade, eliminando desigualdades de oportunidade e fornecendo aprendizagem em áreas despendiosas mas socialmente importantes, como medicina, ciências físicas experimentais e artes. Será uma mistura de motivos e objetivos diferentes coexistindo, aumentando a complexidade geral na sociedade.

POPULAÇÕES-ALVO

A Utopia: As mudanças constantes que ocorrem nas formas de trabalhar e de aprender indicam que o setor de educação está destinado a se tornar um dos segmentos econômicos mais significativos no mundo, devido à necessidade de cada profissional se atualizar continuamente para poder sobreviver. EAD, com seu grande alcance e sua flexibilidade, terá um papel importante no atendimento a milhões de candidatos à educação continuada. Via EAD será possível ministrar cursos de recuperação acadêmica, de enriquecimento cultural e profissional, bem como de educação formal para idosos e para os dez por cento da população que necessita de educação especial. Jovens querendo complementação dos seus estudos de educação formal terão na EAD uma fonte rica em oportunidades variadas.

A Distopia: Haverá cada vez menos financiamento disponível para subsidiar a educação pública, em todos os seus graus, como é feito hoje. Instituições públicas terão que cobrar por seus serviços, igualando-se às instituições particulares, diminuindo assim acesso à aquisição de novos conhecimentos por parte de um grande segmento da população. Apenas os mais abastados, ou aqueles apoiados por empregadores, terão acesso fácil à EAD; conseqüentemente intensificará-se o retardamento da mobilidade social e a maior lentidão na qualificação básica e avançada da força de trabalho nacional.

A Mais Provável: Como um "inválido fabuloso", a EAD avançará, ora com sucesso, ora com fracasso; no Brasil, em alguns lugares, atendendo a um variado leque de clientes originários de classes econômicas, faixas etárias e camadas educacionais diferentes; em outros lugares, imobilizada, seus provedores naturais serão incapazes de se organizar adequadamente para atender qualquer segmento da população. Como ocorre atualmente com a educação presencial, financiamentos governamentais e de entidades filantrópicas reservados para EAD ficarão sem uso, em muitos casos, devido à incapacidade da maioria das instituições de saber como solicitar esses recursos e como usá-los. O padrão de populações atendidas pela EAD será uma colcha de retalhos.

SISTEMAS DE ENTREGA

A Utopia: Todas as mídias farão parte do arsenal de EAD: impressos, fitas de áudio, fitas de vídeo, cd-roms, videodiscos, discos de vídeo digital, redes telefônicas, redes tipo Internet, rádio, televisão em circuito aberto, televisão em circuito fechado, teleconferência de varredura-lenta, teleconferência de vídeo moção-total. Cada curso ministrado a distância estará disponível em todas essas mídias, podendo o aprendiz escolher o formato que mais lhe agrada, ergonômica e financeiramente. Em alguns casos, cursos alcançarão o aluno com um híbrido de mídias, que possibilitarão uma combinação de mídias com características complementares, sempre visando otimizar as condições de aprendizagem em vista da natureza do conteúdo do curso e do nível de sofisticação do aluno.

A Distopia: Devido ao alto custo de preparação de material didático interativo e de recursos humanos especializados necessários para a tutoria individual a distância, apenas a televisão em circuitos aberto e fechado será a mídia dominante de EAD no futuro; as demais serão relegadas a um uso infreqüente, para uma clientela disposta a pagar um preço alto pelas vantagens de personalização da aprendizagem.

A Mais Provável: A televisão em circuito aberto e fechado, sem interatividade, bem como redes tipo Internet, com pouca interatividade pessoalizada, serão os sistemas principais (senão exclusivos) de entrega de EAD.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A Utopia: As atividades de EAD serão desenvolvidas num ambiente caracterizado pelos melhores aspectos de um mercado livre, com usuários finais custeando as despesas do sistema, mas com incentivos e investimentos governamentais nas áreas onde haja evidente necessidade social. Trata-se,

pois, de atrair, por exemplo, profissionais para novas frentes de trabalho; capacitar uma massa crítica de trabalhadores para a aprendizagem de culturas e línguas estrangeiras estrategicamente importantes para o Brasil e oferecer bolsas de estudo para quem precisa e se esforce. Instituições públicas e particulares complementar-se-iam na oferta de EAD em todas as áreas do território nacional.

A Distopia: As atividades de EAD serão desenvolvidas num ambiente caracterizado pelos piores aspectos de um mercado livre: instituições públicas financiadas e autorizadas a fornecer cursos de pouca relevância para as necessidades sociais, culturais e econômicas do país, paternalismo e apadrinhamento na criação e fiscalização de cursos, além de não haver nenhuma necessidade de accountability, isto é, de demonstrar publicamente como o dinheiro foi gasto e quais os resultados sociais obtidos. As mesmas atividades de EAD caberão às instituições particulares, que normalmente visam fins lucrativos, com muito investimento em cursos banais, num mercado certinho, ou pouco investimento em cursos inovadores, iconoclasticos ou um alto grau de excelência.

A Mais Provável: Infelizmente, devido à tradição nacional de educação presencial, não posso ser otimista no tocante a esse assunto. É provável que o cenário "A Distopia" prevaleça entre nós no desenvolvimento da EAD.

PROFESSORES

A Utopia: Prevalecerá um leque extenso de tipos de docentes para a EAD, desde grandes pesquisadores das universidades e centros de investigação mais celebrados do país, até técnicos autodidatas especialmente capazes na pedagogia a distância. Como no caso de artistas e cientistas do passado e do presente, será possível para o aluno que fez seus estudos a distância dizer: "estudei com Fulano-de-Tal", e colocar esse mérito no seu curriculum vitae. A exigência de produzir pesquisa publicada será reduzida para esses docentes, devido à grande carga de horas de preparação de aulas e tutorias ministrados a distância, além do tempo destinado ao atendimento ao aluno.

A Distopia: Os docentes serão escolhidos e mantidos como instrutores de EAD menos por causa de sua reputação acadêmica, científica ou artística, e mais devido à sua simpatia transmitida via vídeo, sua qualidade de showman, de animador. O bem remunerado showman dificilmente vai poder dar aos alunos atendimento individual à distância.

A Mais Provável: Pesquisadores altamente produtivos provavelmente não aceitarão a responsabilidade de preparar e administrar cursos para EAD sem uma remuneração extremamente atraente. Além de bons incentivos financeiros, o cientista exigirá que seus assistentes (ou pessoal qualificado), dêem o atendimento ao aluno à distância, situação que acarreta dois problemas: uma queda na qualidade do curso e despesas a mais para remunerar os profissionais que dão assistência.

METODOLOGIA

A Utopia: As novas tecnologias de comunicação oferecem múltiplas oportunidades de, ao realizar EAD, não reproduzir a pedagogia da sala de aula tradicional. Muita interatividade, muito atendimento individualizado ao aluno, respeito aos estilos individuais de aprendizagem de todos os alunos, são as técnicas a serem usadas. De acordo com sua metodologia geral, cabe ao professor desenhar atividades que obriguem o aluno a refletir sobre um problema, procurar informação para solucioná-lo e escrever um relatório com a solução.

A Distopia: A relação tradicional professor-aluno será mantida, com o primeiro ministrando palestras formais, repetindo aquilo que já está no livro-texto lido pelo aluno, e o aluno passivamente absorvendo a informação para mais tarde memorizá-la e devolvê-la ao professor numa prova. Será um tipo de instrução programada modernizada, rotinizada, com a mesma informação e estratégia de aprendizagem exigidas de todos os alunos.

A Mais Provável: As boas instituições de EAD usarão metodologias envolvendo bastante interatividade e atendimento personalizado ao aluno, enquanto as demais instituições manterão o paradigma atual de educação através de uma "linha de montagem" de produção de alunos com conhecimentos padronizados.

AValiação E Validação

A Utopia: O aluno de EAD será avaliado não através de provas, mas sim, pela originalidade e criatividade do dossiê de trabalhos que ele encaminha ao professor. Se o curso for profissionalizante, o aluno terá de exercer uma atividade no ambiente real de trabalho e depois encaminhar um relatório, comprovado pelo

profissional que o supervisionou, ao professor do curso. O professor, por sua vez, deve ter o seu trabalho regularmente avaliado pelos alunos e por outros profissionais que participam do processo de EAD.

A Distopia: O aluno de EAD será testado em sua capacidade de marcar um "x" numa prova de múltipla escolha porque essa é a maneira mais fácil e menos dispendiosa de avaliar o que imaginamos ser o seu "desempenho". Mais uma vez, esse processo assume que todos os alunos são iguais nos seus interesses, nas capacidades cognitivas e de memorização, e nas atitudes com relação a provas.

A Mais Provável: De novo, haverá cursos bons nos quais averiguar-se-iam a validade da aprendizagem através do exame de dossiês que demonstrem uma gama de trabalhos diferentes feitos por cada aluno, permitindo determinar se ele ou ela cresceu academicamente. Por levar mais tempo na orientação e na sua avaliação individual, tais cursos serão mais caros, mas certamente levarão o aluno a um outro patamar de capacitação. Simultaneamente haverá no mercado cursos organizados de forma tradicional, com validação massificada, custo reduzido e uma grande procura por parte daqueles que querem o caminho mais fácil possível para adquirir sua educação. Infelizmente, num país cartorial, onde todos os diplomas são iguais diante da lei e diante do empregador comum, tanto faz uma educação adquirida com o menor esforço possível como outra que, exigindo o uso de um elenco de processos cognitivos, prepare o aluno para seu trabalho profissional no futuro e para o bom uso de seu tempo de lazer. Presumo que alguns darão valor a esta segunda opção.

CRENCIAMENTO

A Utopia: Numa sociedade democrática governada principalmente por leis, e não por homens, a regulamentação de atividades sociais que envolvam vida ou morte (que é o caso, por exemplo, de medicina, psicologia, direito e engenharia) deve ser organizada pela sociedade civil e não pelo Estado. Devido à sua descontinuidade, à sua influência de partidos políticos e à sua tendência de não acompanhar com a necessária rapidez as mudanças tecnológicas e sociais que ocorrem na comunidade, nenhum governo, hoje, tem a capacidade de se responsabilizar satisfatoriamente pelo bom andamento dos empreendimentos de seus cidadãos. Auto-regulamentação é a única saída para lidar com a complexidade e as mudanças velozes da sociedade moderna. Em EAD, as instituições provedoras de conhecimento terão que se unir em associação de classe, criar mecanismos para autorizar o funcionamento de novos cursos, fiscalizar o andamento de cursos em operação, estabelecer um "código de ética" de normas para a boa prática de EAD, e estimular a formação de bons profissionais da própria área. O Estado só deve entrar em ação quando chamado para dirimir disputas internas da associação, ou para forçar uma instituição a desistir de oferecer seus serviços quando estes deturpam o "código de ética". Essa associação de classe da EAD criaria colegiados de especialistas provindo de várias instituições que praticam a EAD; sua função seria monitorar as atividades de todas as entidades oferecendo cursos, dando o seu "selo" de aprovação para aqueles considerados aptos e tirando o "selo" dos irregulares, informando o público periodicamente sobre suas decisões. Auto-regulamentação é um processo econômico, democrático e, quando bem feito, educativo para todos.

A Distopia: Sem uma associação de classe, e com o Estado, em todos seus níveis, intrinsecamente incompetente para avaliar as atividades de EAD, não haverá nenhum "código de ética" e nenhuma regulamentação, auto-gerados ou paternalisticamente impostos pelo Estado. Sem um processo de credenciamento, haveria uma situação de "cada um por si", em que os candidatos a seguir cursos de EAD se arriscariam a perder tempo, dinheiro e a oportunidade de construir com seriedade seu currículo vitae. Todos os esforços de EAD serão nivelados por baixo, numa tentativa conjunta das instituições de aumentar sua participação no "mercado".

A Mais Provável: É de se supor que haja condições para a auto-regulamentação, uma vez que já existe uma associação de classe, a ABED-Associação Brasileira de Educação a Distância, composta de sócios provindos das principais universidades públicas e particulares do país, além de outros que têm interesse em EAD em todos os níveis de ensino, usando todas as mídias disponíveis. A nova Lei de Diretrizes e Bases, recentemente aprovada e bastante favorável à EAD em geral, estabelece que o MEC deve fazer o credenciamento de atividades de EAD, mas não indica como isso deve ser feito. O atual Secretário de Educação a Distância do MEC, Pedro Paulo Popovic, um respeitado profissional do mundo comercial de comunicações e editoração, parece ser o homem certo, no lugar certo, na hora certa, para abrir o MEC a mais parceria e intercâmbio de informação com a sociedade civil. Mas sendo o MEC ainda um órgão político, sujeito a influências variadas, no momento é difícil prever como a questão de credenciamento será resolvida. O ideal seria uma parceria na qual a ABED, como sociedade científica da área de EAD, avaliaria as atividades de forma transparente e isenta de influências de "lobby", passando os resultados ao MEC para o credenciamento legal, e cabendo a ambos divulgar os resultados à sociedade civil para sua orientação.

DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

A Utopia: A meta da EAD tem que ser: aprendizagem em oferta sobre qualquer assunto, em qualquer lugar do mundo, em qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer mídia disponível para o aluno, em qualquer língua que o aluno entenda. E o corolário dessa meta é: a aprendizagem adquirida através de EAD, vinda de qualquer parte do mundo, tem que receber reciprocidade de tratamento e respeito, desde que seja ministrada por entidade idônea, participante da associação de classe local ou internacional. Acesso global ao conhecimento, agora viabilizado através de satélites e redes internacionais de computadores, é um fenômeno positivo e recomendável, merecendo a ativa participação brasileira. Um público exigente, espera-se, fará com que os cursos bons de EAD sejam procurados e apoiados, deixando cursos fracos ou ruins desaparecerem.

A Distopia: A EAD avança lentamente, com pouca inovação, não aproveitando as novas tecnologias de informação; procura fórmulas bem-sucedidas, repetitivas e simples. Atividades essencialmente medíocres serão a norma e serão consideradas suficientes.

A Mais Provável: Haverá uma mistura de desenvolvimentos, com instituições fortes e sérias oferecendo cursos de EAD alinhados com os novos paradigmas educacionais; alunos altamente motivados procurarão esses cursos. Instituições convencionais ofereceriam cursos de EAD presos a conceitos pedagógicos antigos que atrairiam alunos acomodados, procurando saídas fáceis através dessa formação.

Espero ter demonstrado neste pequeno exercício de elaboração de cenários no quadro de nossas tradições e costumes e de nossa história recente, a possibilidade de a EAD no Brasil vir a ser uma simultaneidade do céu e do inferno, do "melhor dos tempos e do pior dos tempos". Não acredito que isso seja uma situação inaceitável ou indesejável. Mas se nós queremos o feito de "céu", a utopia, então teremos que começar a trabalhar agora, aplicando nossos melhores esforços para criar atividades de EAD de excelente qualidade. Teremos que trabalhar muito, contra preconceitos derivados de uma forte resistência, o que se atesta numa depreciação de caráter nacional quando se quer ridicularizar alguém: "Ele fez o seu curso via Educação a Distância!" Sabemos que esse anedotário é injusto. Mas se queremos mudar a mentalidade que gerou o estranhamento ao nome, teremos de eliminar as condições negativas que reinaram no passado, substituindo-as com atividades de EAD cujo sucesso e qualidade sejam meritórios para uma sociedade esquecida dos potenciais educacionais e tecnológicos ao seu alcance.

A re-leitura do texto acima, escrito em 1997, confirma claramente para mim que a história de fato progride numa mistura de céu e inferno. EAD cresceu muito no Brasil desde 1997, principalmente nos setores do ensino fundamental e médio, e de educação corporativa. Mas o desenvolvimento no setor universitário foi muito aquém do que deveria ter acontecido, devido ao conservadorismo e à falta de uma visão unida e afirmativa sobre EAD nos vários segmentos administrativos do Ministério da Educação, como o Conselho Nacional da Educação, a CAPES e o SESu. Agora, em 2003, temos motivos para otimismo, uma vez que tanto o novo Ministro, Cristovam Buarque, quanto o Secretário da Educação a Distância, João Carlos Teatini, são antigos entusiastas de EAD, e esperamos que eles consigam eliminar o atraso resultante da administração anterior.

Eu acertei em 1997 ao identificar o "perigo profissional" de trabalhar em EAD no país. Agora, mais um nome de destaque está fora do ramo: Marcos Formiga, responsável pela organização do Telecurso2000, o mais bem sucedido projeto de EAD no Brasil, atendendo atualmente mais de meio milhão de alunos por ano, e "pai" de uma das muitas tentativas infrutíferas de criar uma "universidade aberta a distância" no país, mas hoje trabalhando apenas na área de educação continuada. Ele milita para EAD como Vice-Presidente da ABED, é claro; mas os seus talentos como realizador e integrador e sua paixão pela EAD, não encontram um espaço adequado para atuar.

Eu errei redondamente ao esperar que o Secretário da SEED do MEC no período 1995-2002 fosse contribuir para o avanço da EAD. Apesar de sua excelente experiência no mundo editorial privado, em oito anos como Secretário de Educação a Distância ele nunca brigou abertamente pela causa da EAD, nunca demonstrou a liderança que era de se esperar do primeiro ocupante dessa nova Secretaria. Enquanto o SESu e a CAPES, em oito anos de governo, autorizaram a iniciação de apenas 30 cursos universitários a distância, deixando milhares de pedidos de autorização aguardando "inspeção", a comunidade de EAD procurou em vão os esforços do Secretário da SEED-MEC para aumentar a credibilidade e a eficácia da EAD no próprio Ministério.

No tocante aos Objetivos da EAD acertei ao prever que as universidades públicas não arriscariam entrar plenamente na EAD, em parte porque seus orçamentos para o ensino em geral não permitem muito espaço para inovações experimentais, em parte devido à má formação dos docentes sobre as potencialidades de tecnologia na educação, e administrações despreparadas com relação ao tema. Mas errei ao esperar que cursos a distância apareceriam nas áreas de humanidades e artes, ao lado de

matemática, ciências de computação e MBA.

Com relação aos Provedores de Cursos, acertei ao dizer que museus, ONGs e sindicatos estariam plenamente engajados na EAD, mas errei ao sugerir que muitas instituições novas apareceriam com propostas educativas inusitadas. Não houve uma rápida "globalização"-o Instituto Tecnológico de Monterrey (México) ainda não aportou por aqui; a Open University (Inglaterra) não teve sucesso nas suas parcerias com instituições nacionais, e os norteamericanos estão aguardando posicionamento mais claro do MEC antes de investir no Brasil.

A População Alvo de EAD no Brasil continua sendo um problema: se for a população abastada, então as instituições públicas, proibidas de cobrar por seus serviços educacionais, estão fora do páreo; se for a população com poucos recursos, então tem que ser oferecido de graça, para o bem da sociedade como um todo- e nesse caso, como ficam as universidades particulares? No momento, capacitação a distância de professores é o xodó do país; mas a EAD em educação especial, que deveria ser uma alta prioridade, está em ponto morto. Acertei ao dizer que haveria Entrega de EAD através de várias mídias, inclusive formas híbridas (ver os kits do SENAI e SENAC), mas errei ao achar que 500 canais de televisão estariam chegando em nossas casas com bastante conteúdo educativo. A tecnologia para isso está pronta- o contexto político e mercadológico ainda não está.

Errei ao esperar que grandes nomes do mundo acadêmico estariam ministrando cursos via Inernet; mas acertei que haveria um crescimento da importância financeira da Educação na economia mundial, provocando aquisições e pequenas guerras comerciais na esfera educacional. Acertei quando previ que haveria pouco uso do novo paradigma em educação- os cursos a distância no país atualmente repetem a situação da sala de aula presencial; e pior, muitas instituições estão "reinventando a roda", desenvolvendo seus próprios ambientes para e-learning em vez de aproveitar ambientes já existentes, pagos ou gratuitos, e de acordo com padrões internacionais, como SCORM, assim colocando seus esforços mais nas questões de forma do que de conteúdo.

Sobre Avaliação, Validação e Credenciamento, só posso observar que até o fim de 2002, não havia surgido nenhum processo transparente para garantir qualidade em EAD. O MEC tem se omitido na divulgação a priori dos critérios que serão usados, e não tem encontrado especialistas em conteúdos e em EAD suficientes para avaliar os cursos propostos. Além da questão da autonomia pedagógica garantida às universidades pela Constituição, existe a questão da tradição de reciprocidade entre universidades; os decretos e regulamentos atuais sobre EAD ignoram ambas as questões. Uma associação de classe hoje existe e é forte. A ABED tem 2.200 sócios, tem um "Código de Ética" no seu site [www.abed.org.br], uma revista científica de qualidade internacional e uma postura de discricção- recusa-se a se proclamar outorgadora de um "selo de qualidade"; mas, se for convocada pela sociedade brasileira, através do seu governo, poderia cumprir tal tarefa com qualidade adequada.

No tocante aos Desenvolvimentos Futuros, a única novidade é a possibilidade de usufruir, para fins educativos, de televisão digital interativa, uma tecnologia cuja implantação no país ainda vai demorar enquanto as autoridades não chegam a uma decisão sobre o padrão- se será um já usado em outros países, ou se será o nosso próprio. Enquanto aguardo esta decisão chegar, não estou segurando a minha respiração.

Notas

Litto, Fredric M. "A Relação Setorial Pública e Privada no Fluxo da Informação" in Ciências da Informação (Rio de Janeiro), Vol. 12, No. 2 (Julho/Dezembro 1983), 89-95.

_____. "Culture and Entropy at the Interface of Freedom of Expression and the New Communications Technologies" in Freedom of Expression and New Communications Technologies, Michèle Paré e Peter Desbarats, eds. Montreal, Canadá: IQ Collectif e UNESCO, 1998. pp. 201-09.

_____. "Pitfalls and Promises: Using the Internet to Create Virtual Classrooms in the Third World", in Association for International Education (Russia), Distance Learning and New Technologies in Education. Proceedings of the First International Conference on Distance Education in Russia. Moscow, Russia: AIE, 1994.

_____. "Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas Recentes", in Vera Barros de Oliveira, org., Informática em Psicopedagogia. São Paulo: SENAC, 1996; pp. 85-110.

_____. "The Hybridization of Distance Learning in Brazil -- An Approach Imposed by Culture", *International Review of Research in Open and Distance Learning (Canadá)*, 2, 2 (January, 2002) [www.irrodl.org ; acessado em 17 de agosto de 2003].

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ensino a Distância. Bibliografia Especializada em Educação. Brasília, D.F.: INEP, 1987.

Ministério da Educação. 1o Ciclo de Debates sobre Educação a Distância-CIDED. Brasília, D.F.: MEC, 1987.

Moreira Alves, João Roberto. *A Educação a Distância no Brasil: Síntese Histórica e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

OECD-Organisation for Economic Co-operation and Development e Ministério da Educação de Portugal. *New Information Technologies in Schools: Teacher Training, Research and the Role of Higher Education. Report of the International Conference, Vilamoura, Algarve, Portugal, 22-24 May 1991*. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

Tarapanoff, Kira e Lillian Alvares. *Cenários para Serviços Informacionais: Infra-Estrutura de Telecomunicações*. Brasília: Thesaurus, 1994.

Thornburg, David. *Putting the Web to Work: Transforming Education for the Next Century*. San Carlos, California: Starsong, 1996.

Tiffin, John e Lalita Rajasingham. *In Search of the Virtual Class: Education in an Information Society*. London & New York: Routledge, 1995.